



A
DEDICAÇÃO
TOTAL
NUNCA FOI TÃO FORTE



Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	02
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	03
BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	06
BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	07
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO.....	08
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	09
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO	11
NOTAS EXPLICATIVAS.....	12



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Perfil Corporativo:

O banQi foi criado em 2019 e adquirido pelo Grupo Casas Bahia em 2020, fortalecendo mais seu propósito de oferecer serviços financeiros e produtos de crédito acessíveis e eficientes à população brasileira. Uma iniciativa que nasceu do varejo, dentro das Casas Bahia – uma das maiores redes do país, com mais de 1.000 lojas espalhadas por todas as regiões do Brasil, e que se propõe a ser uma completa plataforma de serviços financeiros com tecnologia intuitiva, transparência e informação simplificada aos clientes. O banQi tem como foco democratizar as soluções financeiras, dentro e fora do ecossistema do Grupo Casas Bahia, e garantir mais autonomia e possibilidades para os brasileiros oferecendo um amplo portfólio de produtos.

- Conta digital completa: Com Pix, depósito, saque em qualquer das mil lojas das Casas Bahia em todo o Brasil, pagamentos de multas e débitos veiculares, cartão saúde, seguros, transferências, pagamento de boletos, pagamento e recebimento com QR Code, além da possibilidade de fazer recarga do seu celular e bilhete único.

- Cartão Pré-Pago – A conta digital oferece também um cartão digital com bandeira Mastercard pré-pago.

- Empréstimo Pessoal: com o empréstimo banQi o dinheiro cai na hora direto na conta banQi.

Antecipação FGTS: Antecipar o FGTS para utilização a critério do cliente.

- Carnê Digital: o cliente pode efetuar o pagamento do seu carnê Casas Bahia direto no nosso app sem precisar pegar fila ou se deslocar até a loja. Esta funcionalidade tem como objetivo levar digitalização e inclusão financeira.

Cartão Casas Bahia: Contrate via banQi o cartão CB

- Shopping banQi: é uma plataforma de compras, na qual os clientes do banQi encontram ofertas exclusivas de produtos Casas Bahia e outras lojas no nosso shopping afiliado. O cliente pode comprar também cartões presente dos mais diversos players de mercado. A compra pode ser feita utilizando os cartões de crédito ou saldo na conta banQi.

São Paulo, 30 de junho de 2024

Alexandre Lima

Diretor Financeiro

Vital Flores Leite

Diretor Presidente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos cotistas e à diretoria da
BanQi Instituição de Pagamentos Ltda.
São Paulo/SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BanQi Instituição de Pagamentos Ltda. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

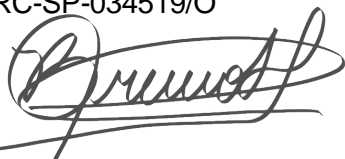
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O



Bruno Araujo Santos
Contador CRC SP-291893/O



BALANÇO PATRIMONIAL

Semestre findo em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

ATIVO	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Ativo circulante		225.724	240.516
Disponibilidades	5	7.872	7.625
Caixa e equivalentes de caixa		7.872	7.625
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	45.944	45.025
Títulos e Valores Mobiliários	6	144.860	157.430
Contas a receber de clientes	7	-	96
Valores a receber – partes relacionadas	16	8.751	9.969
Instrumentos Financeiros		199.555	212.520
Adiantamentos e despesas antecipadas		3.162	5.358
Outros valores e bens		3.162	5.358
Outros créditos		15.135	15.012
Outros créditos		15.135	15.012
Ativo não circulante		186.540	179.373
Ativos fiscais diferidos	22	142.662	138.485
Ativos fiscais correntes		5.718	5.611
Outros créditos		148.380	144.096
Imobilizado de uso		2.341	2.341
(-) Depreciação acumulada		(1.254)	(1.021)
Imobilizado de uso	8	1.087	1.320
Intangível		51.281	43.716
(-) Amortização acumulada		(14.207)	(9.759)
Intangível	9	37.074	33.957
Total do ativo		412.265	419.889



PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/06/2024	31/12/2023
Passivo circulante		72.778	161.074
Depósitos	10	44.482	44.525
Relações interfinanceiras – obrigações	11	5.885	4.699
Credores diversos – país	12	13.478	95.267
Credores diversos – exterior	12	586	878
Depósitos e demais instrumentos financeiros		64.431	145.369
Obrigações sociais e trabalhistas	13	5.232	3.700
Impostos e contribuições a pagar	14	1.148	1.621
Valores a pagar a sociedades ligadas	16	1.966	10.384
Outras obrigações		8.346	15.705
Passivo não circulante		16.252	16.550
Provisão para demandas judiciais	15	252	175
Valores a pagar a sociedades ligadas	16	16.000	16.375
Outras obrigações		16.252	16.550
Patrimônio líquido		323.234	242.263
Capital social	17	656.470	546.470
Capital social a realizar		(21.047)	-
Reserva de capital		1.509	1.382
Prejuízos acumulados		(313.698)	(305.589)
Total do passivo e patrimônio líquido		412.265	419.889



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	30/06/2024	30/06/2023
Receita por Intermediação Financeira		13.512	20.960
Rendas com títulos e valores mobiliários	19	13.512	20.960
Despesas de intermediação financeira		(5.224)	(8.735)
Despesas com operações conta digital	20	(5.224)	(8.735)
Outras Receitas Operacionais		10.296	12.495
Rendas por serviços de pagamento	18	10.296	12.495
Resultado bruto operacional		18.584	24.720
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesa de pessoal	21	(15.470)	(41.586)
Despesas administrativas	21	(19.089)	(22.879)
Despesas tributárias		(1.270)	(512)
Outras despesas operacionais	21.1	4.958	(7.602)
RESULTADO OPERACIONAL		(12.287)	(47.859)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(12.287)	(47.859)
IRPJ e CSLL Diferidos	22	4.177	16.283
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(8.110)	(31.576)



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo do semestre	(8.110)	(31.576)
Resultado abrangente	-	-
Resultado Abrangente do semestre	(8.110)	(31.576)



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Capital social a realizar	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	69.870	-	396.600	1.917	(245.589)	222.798
Reserva de Títulos Patrimoniais (Stock Options)	-	-	-	827	-	827
Aumento de Capital	445.900	-	-	-	-	445.900
Capital social a realizar	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)
Futuro Aumento de Capital – AFAC	-	-	(396.600)	-	-	(396.600)
Prejuízo do Período	-	-	-	-	(31.576)	(31.576)
Saldos em 30 de junho de 2023	515.770	(10.000)	-	2.744	(277.165)	231.350
Saldos em 31 de dezembro de 2023	546.470	-	-	1.382	(305.589)	242.264
Aumento de capital	110.000	-	-	127	-	110.127
Capital social a realizar	-	(21.047)	-	-	-	(21.047)
Futuro Aumento de Capital - AFAC	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.110)	(8.110)
Saldos em 30 de junho de 2024	656.470	(21.047)	-	1.509	(313.699)	323.233



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Semestre findo em 30 de junho de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(8.110)	(31.576)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:	707	(12.072)
IRPJ e CSLL Diferido	(4.177)	(16.283)
Depreciação e amortização	4.681	3.407
Provisão para demandas judiciais	77	(23)
Pagamento baseado em ações	126	827
Aumento/redução dos ativos:	14.933	40.349
Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras.	11.651	34.893
Contas a receber	96	2.407
Adiantamentos e despesas antecipadas	2.197	456
Outros créditos	(124)	3.165
Ativos fiscais correntes	(106)	(2.625)
Valores a receber - partes relacionadas	1.219	(3)
Aumento/redução dos passivos:	(88.670)	24.508
Credores diversos – país	(81.787)	(1.998)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.531	531
Valores a pagar - partes relacionadas	(8.794)	(6.388)
Conta de pagamento pré-paga (depósitos)	(43)	(3.476)
Relações interfinanceiras – obrigações	1.186	(11.565)
Impostos e contribuições a pagar	(473)	(1.290)
Credores diversos – exterior	(292)	(322)
Caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	(81.141)	(27.807)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação no intangível	(7.566)	(13.384)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(7.566)	(13.384)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	110.000	445.900
Capital social a realizar	(21.047)	(10.000)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	(396.600)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	88.953	39.300
Aumento /(redução) do caixa e equivalentes de caixa	247	(1.891)
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	7.625	5.662
Caixa e equivalentes de caixa no final do ano	7.872	3.771
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	247	(1.891)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O banQi Instituição de Pagamento Ltda. (“banQi” ou “Instituição”) é uma Instituição que oferece conta digital gratuita para todos, promovendo a inclusão de toda a população nos serviços financeiros. O início se deu com a parceria fechada em setembro de 2018, entre a Grupo Casas Bahia e a Airfox, fintech americana de meios de pagamento, fundada por dois ex-funcionários do Google na Califórnia. Em maio de 2020, o Grupo Casas Bahia (GCB) adquiriu 100% do banQi e a proposta de oferecer serviços financeiros acessíveis, eficientes e gratuitos à população brasileira ficou ainda mais forte. No primeiro trimestre de 2020, atingimos 1M de downloads, mais de 300% de crescimento no pagamento de boletos e 117% de aumento em carnês Casas Bahia digitalizados.

Em 01 de setembro de 2021 o banQi obteve a autorização do BACEN para atuar como instituição de pagamentos nas modalidades emissora de moeda eletrônica e gerenciando contas de pagamentos pré-pagas. Em decorrência da autorização, passou a aplicar os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A Empresa é uma sociedade limitada, estabelecida e domiciliada na avenida Rebouças n° 3970, Pinheiros, São Paulo – SP.

Em seus arranjos de pagamentos, a Instituição também desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-paga dos seus usuários finais. Em todos os seus arranjos de pagamentos atua habilitando a aceitação dos instrumentos de pagamentos por estabelecimentos comerciais, seja no papel de instituição de pagamentos emissora de moeda eletrônica, e no caso dos arranjos de pagamentos de contas de pré-pagas ou como instituição de pagamento credenciadora.

O plano de negócio do banQi prevê o crescimento no número de usuários registrados, ativos e transacionando, além de aumento no volume transacionado. Usuários engajados e retidos, transacionam mais, gastam mais, cancelam menos e utilizam mais produtos, o que, com o passar dos anos, resultará em geração de lucros. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas considerando o princípio da continuidade dos negócios da Instituição.

A Instituição atua como uma instituição de arranjo de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências entre usuários e comerciantes dentro do território nacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Pronunciamentos CPC

CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos

CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras

CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa

CPC 04 (R1) - Ativo Intangível

CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas

CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações

CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

CPC 24 - Evento subsequente

CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

CPC 27 – Ativo imobilizado

CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

CPC 41 – Resultado por ação

CPC 46 – Mensuração do valor justo

Resolução CMN

3.566/08

4.524/16

3.604/08

4.534/16

3.750/09

3.989/11

4.007/11

3.973/11

3.823/09

4.535/16

4.877/20

3.959/19

4.748/19

As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2024 foram aprovadas pela diretoria em xx de xxx de 2024.



3. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As políticas contábeis significativas adotadas pela Instituição, estão descritas nas notas explicativas específicas vide a seguir.

Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Instituição atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Instituição.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem as disponibilidades (caixa e os depósitos bancários) e outros investimentos de curto prazo e alta liquidez, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização e são resgatáveis em até 90 dias em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um risco insignificante de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento próprio.

3.3 Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários – Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador classificados nas categorias;

Títulos para negociação – Títulos valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados a valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido; e

Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários avaliados pelo custo de aquisição acrescido dos juros incorridos, estando condicionada à capacidade financeira da instituição em mantê-los em carteira até o vencimento, cuja decisão da Administração desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – Em conformidade com a Resolução do BCB nº 4.748, o valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

Aplicações interfinanceiras de liquidez – Refere-se à aplicação de saldos vinculados às contas pré-pagas e saldos vinculados à liquidação financeira – Agenda Mastercard. As operações compromissadas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – impairment – O banQi efetua avaliações anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.



3.4 Depósitos

Depósitos correspondem aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no app banQi e estão avaliados pelos valores de liquidação.

3.5 Relações interfinanceiras

Correspondem a valores a pagar, registrados pelo valor de liquidação, à bandeira Mastercard e BTG relativos às operações de pré-pagas.

3.6 Contas a Receber

Os recebíveis são representados pelo comissionamento e remuneração dos produtos de marketplace e serviços ofertados através do APP banQi.

3.7 Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é amortizado ao longo do tempo na demonstração do resultado.

3.8 Imobilizado

O imobilizado é contabilizado, em conformidade a Resolução BCB nº 6/2020, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "outras receitas operacionais" na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

3.9 Intangível

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução BCB nº 7/2020, ao custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

O banQi reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz de operar da forma pretendida pela administração.

Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de software foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de engenharia e tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos e software desenvolvido internamente, e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada e testados por perda ao valor recuperável ("*impairment*") pelo menos, uma vez por ano ou quando há evidências de ocorrência de perdas em período menor que um ano.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a softwares, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída, que na média é de 5 anos.



3.10 Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras. Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado; e
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável.

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;
- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa; e
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras. Anualmente avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de impairment pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo. Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período, exceto para ágio por expectativa de rentabilidade futura, onde a perda é considerada definitiva, sem possibilidade de reversões.

3.11 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na Demonstração do Resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável.

3.12 Impostos e contribuições

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são constituídos com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. São calculados pelo regime de tributação do lucro real com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 ao ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

A despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social pagar ou a recuperar relacionada ao resultado tributável do período.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos



contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

3.13 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas pelo menos anualmente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revisadas.

(i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros:

Para determinar a necessidade de redução do valor recuperável dos ativos, a Instituição avalia ao fim de cada data-base utilizada para elaboração das demonstrações financeiras se há alguma indicação de que seus ativos possam ter sofrido desvalorização por meio de indicadores externos e internos.

Se houver qualquer evidência, é realizada uma estimativa do valor recuperável das unidades geradoras de caixa. O cálculo do valor recuperável exige que a Administração estime os fluxos de caixa de futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

(ii) Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis:

A Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizada são julgadas e representativas das vidas úteis destes.

(iii) Projeção de lucro fiscal futuro para a realização de ativos fiscais diferidos:

A realização de ativos fiscais diferido está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenários macroeconômicos, desempenho histórico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

3.14 Remuneração baseada em ações

O banQi mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pelo Grupo Casas Bahia (GCB), tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do banQi no capital da GCB e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da GCB.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da banQi podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais da GCB (Grupo Casas Bahia) ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

3.15 Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.



3.16 Novas normas contábeis aplicáveis

Os novos normativos aplicáveis com vigência a partir de 01 de janeiro de 2023 estão listados a seguir:

Resolução BCB 66/21 - Dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido.

Resolução BCB 92/21 - Dispõe sobre a utilização do padrão contábil das instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Resolução BCB 120/21 - Dispõe sobre observação no reconhecimento, na mensuração e na evidenciação contábeis os seguintes pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro ;
- Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro VA e Retificação de Erro;
- Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Além dos CPCs, a resolução traz direcionamento para tratamento de transações em moeda estrangeira, mensuração de ativos e passivos e critérios para escrituração contábil.

Resolução BCB nº 168/21 - Dispõe sobre critérios contábeis na elaboração dos documentos contábeis consolidados do conglomerado prudencial e sobre os procedimentos operacionais para a elaboração desses documentos e altera o art. 4º da Resolução 146, instituindo a obrigatoriedade de elaboração e remessa do relatório do conglomerado prudencial.

Resolução BCB nº 178/22 - Dispõe sobre critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil contratadas, na condição de arrendatária, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento. Os impactos decorrentes da aplicação desta norma estão em avaliação. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

Para o plano de implementação, a Instituição contratou a consultoria especializada, a qual no segundo ano de 2022 realizou uma análise de gapps e construção um roadmap de implementação dessa resolução. Atualmente o plano está em na fase da criação do comitê para definição do plano de negócio da Instituição.

Resolução BCB nº 309/ 23 - Dispões sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativa. Adicionalmente, novo normativo foi publicado com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025.

3.17 Resultado por ação

Conforme facultado às instituições de pagamento pela Resolução BCB 2/2020, parágrafo 5º do artigo 5º, a Administração optou por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

3.18 Outros créditos

A Instituição atua como uma instituição de arranjos de pagamentos, onde o usuário contém conta de pagamento pré-paga, para efetuar compras e transferências.

Em seus arranjos a Instituição desempenha a atividade de instituição de pagamentos na modalidade de emissora de moeda eletrônica, criando e gerenciando contas de pagamentos do tipo pré-pagas dos seus usuários finais, ofertando diversos produtos financeiros através do seu app.

3.19 Ativos e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando tem uma obrigação corrente (legal ou constituída) que é provável que um desembolso será requerido para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável possa ser feita do montante da obrigação, cuja contrapartida é registrada no resultado.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução BCB nº 9/2020, descritos a seguir:

Ativos contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras e somente são divulgados quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Os ativos passam a ser registrados quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem recursos.

Passivos contingentes – essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas nas opiniões de assessores jurídicos e da Administração e são classificadas como:

- Prováveis: para as quais são constituídos passivos reconhecidos no balanço patrimonial em outras obrigações diversas;



- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

3.20 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços e repasse de comissões no curso normal das atividades da Instituição.

3.21 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor poderá ser mensurado com confiabilidade. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4. Principais estimativas e premissas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da Instituição, a Administração deve exercer julgamento e fazer estimativas sobre os valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e premissas relacionadas baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A seguir estão os principais julgamentos e estimativas feitas pela Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Instituição e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Vida útil dos bens do imobilizado e intangíveis: a Instituição revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e intangível anualmente e as taxas atualmente utilizadas são julgadas representativas das vidas úteis destes. Aplicamos a Instrução Normativa SRF nº 4, no qual está fixada em cinco anos o prazo mínimo admissível para amortização de custos e despesas de aquisição e desenvolvimento de logística ("software"), utilizados em processamento de dados e em cinco anos o prazo de vida útil admissível para fins de depreciação de computadores e periféricos ("hardware").

Projeção de lucro fiscal futuro para realização de ativos diferidos

O banQi realiza a revisão da realização do crédito tributário anualmente, no qual, está suportada pelas projeções orçamentárias da Instituição. Referidas projeções consideram premissas de plano de negócios, estratégias corporativas, cenário macroeconômico e expectativa de crescimento futuro, dentre outros, que incorrem em alto grau de julgamento.

5. Disponibilidades

Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata.

	30/06/2024	31/12/2023
Caixa em moeda nacional	7.872	7.625
Total:	7.872	7.625

6. Títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez

Os títulos e valores mobiliários estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pro-rata até a data do balanço, mantidos até o vencimento.

	30/06/2024	31/12/2023
Carteira própria	144.860	157.430
Vinculados a prestação de garantias	45.944	45.025
Total:	190.804	202.455



<u>30/06/2024</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 30 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Até 180 dias</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Carteira própria	143.386	-	-	-	-	-	143.386
FIDC - banQi	143.386	-	-	-	-	-	143.386
Aplicações interfinanceiras de liquidez - LFT	-	-	-	-	38.326	-	38.326
Operações compromissadas(i)	-	-	-	-	9.092	-	9.092
Total:	143.386				47.418	-	190.804

(i) As operações compromissadas são vinculadas as contas pré-pagas e estão aplicadas em LFT e lastreada na SELIC 28. Não houve reclassificação entre categorias dos títulos.

(ii) O FIDC, estrutura criada para absorver operações de financiamentos dos clientes BanQi.

<u>31/12/2023</u>	<u>Sem vencimento</u>	<u>Até 30 dias</u>	<u>Até 90 dias</u>	<u>Até 180 dias</u>	<u>Até 1 ano</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Total</u>
Carteira própria	157.430	-	-	-	-	-	157.430
FIDC - banQi	157.430	-	-	-	-	-	157.430
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	-	37.976	7.049	45.025
Operações compromissadas(i)	-	-	-	-	37.976	7.049	45.025
Total:	157.430				37.976	7.049	202.455

(i) As operações compromissadas são vinculadas as contas pré-pagas e estão aplicadas em LFT e lastreada na SELIC 28.

7. Contas a receber de clientes

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a Receber	-	96
Total:(i)	-	96

(i) Comissão do banQi referente a efetivação de transações com parceiros de negócios, através das transações realizadas via app com vencimentos em até 90 dias.



8. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2024</u>
Computadores e periféricos	1.317	-	(233)	1.084
Móveis e utensílios	3	-	-	3
Total:	1.320	-	(233)	1.087

As principais taxas anuais de depreciação por item, de acordo com a vida útil são as seguintes:

<u>Item</u>	<u>Taxa anual de Depreciação</u>
Móveis e utensílios	10%
Computadores e Periféricos	20%

9. Intangível

A Instituição investe em contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes.

	<u>Vida útil</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferência</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldo em</u> <u>30/06/2024</u>
Projetos. desenvolvidos. Internamente. - Concluídos	5 anos	31.320	3.181	(172)	3.837	(4.447)	33.719
Projetos. desenvolvidos. Internamente. - Andamento		2.637	4.873	(317)	(3.837)	-	3.356
Total:		33.957	8.054	(489)	-	(4.447)	37.075

10. Depósitos

Correspondem a operações envolvendo as obrigações contraídas pelo banQi junto a seus clientes, usuários do aplicativo banQi e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração aos clientes, assim como valores transitórios das operações efetuadas pelos clientes.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos	44.482	44.525
Total:	44.482	44.525

11. Relações interfinanceiras – obrigações

O banQi realiza a intermediação de serviços de recargas e disponibiliza a oportunidade de pagamento de carnê através do seu aplicativo. Participa do arranjo de pagamento da Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos Ltda. ("Master"), sendo autorizada a emitir e operar produtos de cartão de débito com a bandeira, e contratou o BTG Pactual para atuar como participante responsável por suas transações no âmbito do PIX.

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Obrigações com parceiros	983	885
Obrigações com PIX - BTG Pactual	4.902	3.812
Valores a pagar de cartões pré-pagos Mastercard	-	2
Total:	5.885	4.699



12. Credores diversos

	30/06/2024	31/12/2023
Credores Diversos- Pais	13.478	97.267
Fornecedores - exterior	586	878
Total:	14.064	98.145

Aging – Fornecedores: Nacional e exterior	30/06/2024	31/12/2023
Até 30 dias	14.064	91.115
De 31 a 90 dias	-	3.331
Até 365 dias	-	3.699
Acima de 365	-	-
Total:	14.064	98.145

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	30/06/2024	31/12/2023
Férias	1.821	2.391
Provisão de encargos sobre férias	1.912	1.295
Remuneração baseada em ações	-	13
Provisão de bônus	1.499	-
Total:	5.232	3.699

14. Impostos e contribuições a pagar

	30/06/2024	31/12/2023
Encargos sobre folha de pagamento	870	1.421
Imposto sobre serviços – ISS	234	43
Tributos retidos na fonte sobre serviços terceiros	44	157
Total:	1.148	1.621

15. Provisão para demandas judiciais

O banQi, com base nas informações de seus assessores jurídicos, constituiu a provisão em junho de 2024 no montante de R\$ 252, considerando suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e trabalhistas classificadas como perdas prováveis.

Provisões	30/06/2024	31/12/2023
Trabalhistas	213	142
Cíveis	-	33
Regulatório	39	-
Total	252	175

Provisões	31/12/2023	Adição	Baixa	Pagamento	30/06/2024
Trabalhistas	142	162	(71)	(20)	213
Cíveis	33	-	(33)	-	-
Regulatório	-	46	(7)	-	39
Total Geral	175	208	(111)	(20)	252

Há 2 processos cíveis classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 42.694.

16. Partes relacionadas

As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas de acordo com condições negociadas, as quais são apresentadas conforme os custos e preços das prestações de serviços, conforme contratos firmados entre a sua controladora indireta GCB e BNQI, empresa do grupo econômico, no qual o BanQi compartilha o pessoal chave da administração e de sua controladora.

Em 30 de junho de 2024 a Instituição apresentou os seguintes saldos de transações com partes relacionadas:



Ativo:	30/06/2024			31/12/2023		
	BNQI	GCB	FIDC	BNQI	GCB	GENIAL
Comissões	-	4.969	-	-	4.752	-
Transações de Pagamento	7-	3.450	-	-	4.757	-
Plano de ações	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	9	-	322	56	-	405
Total	9	8.419	322	56	9.509	405

Passivo:	30/06/2024			31/12/2023		
	BNQI	GCB	FIDC	BNQI	GCB	GENIAL
Transações de Pagamento	-	1.753	-	-	10.384	-
Adiamento	-	16.000	-	-	16.000	-
Plano de ações	-	213	-	-	88	-
Contas a pagar	-	43	-	-	287	-
Total	-	18.009	-	-	26.759	-

Resultado:	30/06/2024			31/12/2023		
	BNQI	GCB	FIDC	BNQI	GCB	GENIAL
Rendas por serviços de pagamento	-	4.801	-	-	12.524	-
Reembolso de despesas sobre gestão de fundos	-	-	2.318	-	-	1.263
Total	-	4.801	2.318	-	12.524	1.263

17. Capital Social

O capital social da Instituição é de R\$ 656.470, sendo dividido em 656.470 (seiscentos e cinquenta e seis milhões e quatrocentos e setenta mil reais) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas entre os sócios:

Nome dos sócios:	Nº de Quotas	Valor (R\$)	%
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	1	1,00	0,000002%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações	656.469.999	656.470.000	99,999998%

Remuneração Baseada em Ações

Opções Outorgadas

O BanQi mantém participação nos planos de remuneração baseado em ações instituídos pelo Grupo Casas Bahia, tais planos têm o objetivo de propiciar a participação dos administradores e empregados do BanQi no capital do Grupo Casas Bahia e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados da controladora para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais do grupo; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas do Grupo Casas Bahia.

Política Contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período, os executivos da BanQi podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais do Grupo Casas Bahia ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Instituição, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, ocorre a reavaliação da quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.



Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Em 27 de novembro de 2023 foi realizado o grupamento das ações do Grupo Casas Bahia sem alteração no capital social à razão de 25:1, e passaram a ser negociadas desta forma a partir de 15 de dezembro de 2023, por esta razão os saldos de ações dos planos de remuneração baseados em ação também foram agrupados da mesma forma e serão apresentados conforme esta nova divisão de ações.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

Em maio de 2022, o Grupo Casas Bahia outorgou um novo plano de opção de compras de ações sendo destinadas ao BanQi 782.8484 ações restritas aos beneficiários do programa de remuneração baseada em ações. Em dezembro de 2022 devido a novas entradas de beneficiários vinculados ao BanQi, o Grupo Casas Bahia outorgou mais 164.321 ações restritas para a Instituição. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado como administrador ou empregado da Instituição até o término do vesting, previsto para o mês de maio de 2027, o beneficiário terá o direito de receber ações restritas em 4 parcelas de 25% ao ano, a partir do segundo aniversário da data da outorga/concessão.

Os planos de opção de compra de ações liquidáveis em títulos patrimoniais, atualmente vigentes são os seguintes:

Quadro 1

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 30 de junho de 2024:

	<u>Data da outorga</u>	<u>Término da carência</u>
Ações restritas	10/05/2022	10/05/2027

Quadro 2

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa ao programa de ações reconhecida no semestre findo em 30 de junho de 2024, foi de R\$239 (estorno de provisão de R\$464 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Séries	Data da outorga	Término da carência	Valor de exercício (em reais)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2023	Opções canceladas	Opções exercidas	Opções transferidas	Quantidade de opções de ações em vigor em 30.06.2024
Restricted share	10/05/2022	10/05/2027	R\$ 0,00	6.664	1.259	583	4.192	630

19. Rendas com títulos e valores mobiliários

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
FIDC – Valorização de cotas	11.220	16.619
Rendas de títulos compromissadas	369	2.570
Rendas de títulos públicos	1.851	1.656
CDB - Certificado de depósito bancário	72	115
Total	13.512	20.960

19.1 Rendas por serviços de pagamento

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Serviços de pagamentos	2.528	4.199
Taxa de inatividade	2.332	4.736
Rendas de Serviço de Gestão	2.318	-



CDC em atraso	1.785	1.503
Pagamento de boletos e contas	398	76
CDC- convertido	354	599
Interchange	276	772
Shopping CB	132	371
Rendas de Recarga de celular	85	129
Gifts cards	35	66
Outros Serviços	26	12
Recarga de transporte	22	24
Marketplace	5	8
Total	10.296	12.495

20. Despesas com operações conta digital

No curso do processo de geração de suas receitas, o banQi incorre em diversos custos envolvendo sua parceria operacional, tais como as tarifas cobradas pelas transações efetuadas através do pix, tarifas de emissão de boletos, custos de licença pagas a bandeira Mastercard entre outros. No semestre de 30 de junho de 2024, os principais custos estavam assim apresentados

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa com operação de pix	1.533	1.416
Tarifa de emissão de boleto	1.450	-
Pagamento de incentivo	1.234	-
Emissão de cartões	388	1.084
Serviço processamento de cartões	325	1.146
Serviço transações de pagamento	158	296
Tarifa bancária	136	238
Custo de emissão de boleto	-	34
Serviço de mensageria ao cliente	-	609
Serviço adm de cartões	-	2.545
Serviço de transações com terceiros	-	1.367
Total	5.224	8.735

21. Despesas de pessoal e outras despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Proventos e encargos sociais	(14.534)	(39.387)
Benefícios	(936)	(2.199)
Despesas com plano de ações	-	-
Total – Despesas Pessoal	(15.470)	(41.586)
Serviços técnicos, especializados e de terceiros	12.379	13.314
Outras despesas administrativas	5.939	3.048
Despesas com tributos	390	1.135
Depreciação e amortização	233	3.407
Despesas com incentivos	141	1.371
Despesas com publicidade e propaganda	-	329
Despesas com Aluguéis	7	268
Despesas com viagens eventos e locomoções	-	7
Total – Despesas Administrativas	(19.089)	(22.879)



21.1 Outras Despesas Operacionais

O BanQi registrou até 30.06.2024 despesas operacionais reativas a prestação de serviços, sendo;

	30/06/2024	30/06/2023
Bureau Fraude de Créditos	(1.996)	(3.568)
Projetos Cancelados	(490)	(928)
Variação Cambial	(12)	1
Receita de Juros	49	163
Descontos Obtidos(i)	157	167
Outras Despesas Operacionais	7.250	(173)
Rendas de Capitalização	-	24
Atualização de incentivos	-	(3.288)
Total	4.958	7.602

(i) Reversão de provisão referente a quitação do incentivo com a Mastercard.

22. Impostos sobre os lucros

O banQi registrou até 30.06.2024 saldo de IRPJ e CSLL diferidos, não houve saldo corrente para estes impostos até o presente momento.

	30/06/2024	30/06/2023
Ativo fiscal diferido – IRPJ (i)	3.071	11.937
Ativo fiscal diferido – CSLL (ii)	1.106	4.310
Variação dos tributos diferidos ativos	4.177	16.283
IRPJ	-	-
CSLL	-	-
Total	4.177	16.283

(i)Saldo de Imposto de Renda apurado na alíquota de 15% acrescido de 10% adicional, quando base de cálculo apurada superior a 60.000 no trimestre.

(ii)Saldo referente a Contribuição Social apurada à alíquota de 9% sobre base de cálculo.

	30/06/2024	30/06/2023
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(12.286)	(47.861)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	4.177	16.283
Despesas Diretoria	-	-
Perdão de mútuo	-	-
Exclusão Selic sobre Tributos	17	55
Outras diferenças permanentes	(17)	45
Impostos de renda e contribuição social	4.177	16.283
Diferido reconhecido por meio do resultado	(4.177)	16.283
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social, líquido	(4.177)	16.283

31.12.2022	Reversão	Constituição	31.12.2023	Reversão	Constituição	30.06.2024
103.073	-	32.629	135.702		4.058	139.761



4.871	(2.089)	-	2.782		119	2.901
107.944	(2.089)	32.629	138.485	-	4.177	142.662

Conforme consta no estudo técnico a expectativa de utilização do crédito relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social é demonstrada a seguir.

Realização do Diferido		
Ano	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
2024	-	-
2025	2.505	902
2026	5.562	2.002
2027	9.722	3.500
2028	11.437	4.117
2029	13.311	4.792
2030	15.211	5.476
2031	16.549	5.958
2032	17.577	6.328
2033	10.719	4.094
	102.592	37.168

O valor presente dos créditos tributários considerando o prazo de realização é de 10,50, conforme quadro a seguir.

Mês	Data	Valor	VP
12	dez-24	-	-
24	dez-25	3.407	2.790
36	dez-26	7.564	5.606
48	dez-27	13.222	8.868
60	dez-28	15.554	9.441
72	dez-29	18.102	9.944
84	dez-30	20.688	10.284
96	dez-31	22.507	10.126
108	dez-32	23.904	9.732
120	dez-33	14.813	5.458
		139.761	72.250

A companhia protocolou pedido para a dispensa de crédito para a constituição e baixo do Ativo Fiscal Diferido regulamentando pela resolução BCB nº 15, com o objetivo de manutenção do registro contábil do Ativo Fiscal Diferido.

23. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 30 de junho de 2024 não houve resultado classificado como não recorrente.

24. Gestão de Riscos

Gerenciamento de riscos

O banQi possui uma estrutura específica e independente para a gestão de riscos, incluindo políticas, procedimentos e controles internos, que abrangem a avaliação e o monitoramento dos riscos operacionais, de crédito e de liquidez incorridos pela instituição, incluindo o fluxo de caixa e das aplicações e dos recursos mantidos em contas de pagamento. A governança



desta estrutura é realizada de maneira contínua e exerce papel elementar para os direcionamentos estratégicos da instituição.

Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, seja de um contrato ou instrumento financeiro, levando a uma quebra de expectativa de caixa ou prejuízo financeiro. O risco de crédito na Instituição pode decorrer das exposições com outras instituições financeiras, parceiros comerciais, operacionais ou adquirentes, incluindo operações de caixa, equivalente de caixa, valores operacionais a receber, aplicações, instrumentos financeiros e depósitos.

Importante reforçar que o banQi, como instituição de pagamento emissora de moeda eletrônica, não realiza operações de crédito direto para seus usuários.

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito referente aos saldos de contas bancárias em instituições financeiras é gerido pela área de Riscos e Tesouraria, sendo priorizada, mas não limitada, a alocação em instituições com avaliação “AAA”, ao menos “BB” ou superior. Com base na avaliação de risco do banQi, a perda de crédito esperada não é material, uma vez que as contas a receber são compostas principalmente por investimentos de alta liquidez e contas operacionais, aprovadas por grandes instituições financeiras que têm um baixo nível de risco global com base em ratings recebidos das principais agências de classificação de crédito. Além disso, essas instituições financeiras são os responsáveis legais pelas contas a receber.

Investimentos financeiros: Se referem principalmente a ativos com alto nível de liquidez, sendo grande parte atrelados a títulos emitidos pelo governo brasileiro. Não há expectativa significativa de perda de crédito reconhecida para esses ativos.

Valores a receber de parceiros operacionais e adquirentes: A Instituição reconhece os valores a receber das empresas com quem mantém relacionamento comercial de acordo com escopo de respectivas atividades e em detrimento aos processos que são provenientes dos usuários executando as transações relacionadas aos serviços disponíveis. Esses recebíveis têm alto nível de liquidez e risco com relevância imaterial.

Para a continuidade das operações, o banQi utiliza uma combinação de parceiros a fim de diversificar a exposição ao evitar a concentração dos riscos de contraparte, operacional e liquidez. Entre as principais empresas parceiras, estão o Banco Santander, Banco Bradesco, BTG Pactual, a Mastercard, Banco Daycoval, BMP, Genial e a Dock Serviços Financeiros.

Adicionalmente, tais empresas possuem instrumentos mitigadores de riscos referente a valor das contas a receber das contrapartes, consumidores e estabelecimentos comerciais, tais como: gerenciamento de risco, processos de prevenção a fraude, limitações de antecipação da agenda, controles de conformidade, entre outros. Esses procedimentos ajudam a mitigar o risco sistêmico do arranjo de pagamento.

Para o arranjo de pagamentos, a Administração do banQi não considera provável perdas significativas por inadimplência dessas contrapartes, além dos valores já reconhecidos como estornos, apresentados sob risco de fraude. O arranjo de pagamentos (Visa, Mastercard, Elo e outros) possui modelos de gerenciamento de riscos e garantias próprios para avaliar e mitigar o risco de inadimplência dos emissores, que mitigam o risco das adquirentes e o risco sistêmico dos arranjos de pagamentos brasileiros.

Risco de mercado e Liquidez

O risco de mercado é definido como a possibilidade de o valor justo dos ativos e passivos financeiros ou investimentos aumentarem ou diminuírem como resultado da volatilidade e movimentos imprevisíveis nas avaliações de mercado. Em 30 de junho de 2024, a Instituição não possuía instrumentos financeiros derivativos, sendo somente instrumentos de baixa complexidade, com exposição imaterial, inclusive diante o risco de taxa de juros e cambial.

Risco de Liquidez é a possibilidade de a Instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, devido a um descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos em seu fluxo de caixa.

Os processos de gerenciamento de liquidez do banQi incluem:

- Monitoramento da liquidez de caixa: atualização diária do fluxo de caixa administrativo e operacional, detalhando as entradas e saídas, incluindo a projeção de caixa e o cenário de estresse.
- Limites mínimos de caixa: estabelecem limites mínimos de caixa, que permitem a tomada de ações preventivas para garantir recursos suficientes para cumprir os compromissos financeiros.
- O fluxo de caixa projetado da Instituição é gerado e monitorado diariamente pela tesouraria para garantir que a Instituição tenha os recursos necessários para cumprir os compromissos financeiros e as necessidades operacionais. Para a projeção de caixa, são utilizadas premissas de crescimento e fatores de estresse, que incluem aumento de perdas e despesas.



- As informações sobre passivos financeiros são informações essenciais para a projeção e gerenciamento do fluxo de caixa, garantindo que a Instituição possua os recursos necessários para liquidar suas obrigações.
- Como procedimento de gestão de caixa, a tesouraria investe os valores excedentes em ativos de alta liquidez e baixo risco. É importante ressaltar que o banQi não possui bens dados em garantia de empréstimos, operações financeiras ou obrigações contratuais.
- A maior parte dos depósitos são classificados como devidos em a menor "até 30 dias", pois podem ser contratualmente sacados imediatamente. No entanto, o comportamento histórico dos clientes sugere que esses valores não serão sacados neste período. Além disso, os excedentes de ativos apresentam alta liquidez no mercado brasileiro.

Risco de fraude

A Instituição está exposta a diversos riscos operacionais, sendo o mais relevante o risco de fraude, que é uma atividade indevida, ilegal ou criminoso que causa prejuízo financeiro para uma das partes envolvidas numa transação financeira no âmbito do banQi. A fraude de cartões inclui o uso não autorizado de cartões extraviados, roubados/furtados, falsificados ou alterados, bem como o uso indevido da conta de pagamento do usuário do banQi. Dentro desse cenário, a Instituição está exposta a perdas devido a estornos de transações (cancelamentos / chargeback / MEDs).

A Instituição possui áreas dedicadas à prevenção de fraudes com o desenvolvimento de processos e estratégias antifraude e monitoramento em tempo real das transações com saldo de conta de pagamento ou cartão de crédito para boletos, saques ou transferências entre usuários, identificando, aprovando ou recusando transações.

Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance

As estruturas de Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Compliance reporta-se ao Chief Financial Officer (CFO), à Alta Administração e Chief Executive Officer (CEO), por intermédio do Comitê Executivo (COMEX) banQi.

A área de Gestão de Riscos é responsável pelo gerenciamento dos riscos e pelas atividades de controles internos, identificando e avaliando os riscos, bem como o tipo, desenho e execução dos controles. Essa área também é responsável pela definição das diretrizes a serem aplicadas para gestão de continuidade de negócios.

As diretrizes do processo de gerenciamento de riscos estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos Operacionais e Controles Internos e tem por objetivo definir:

- A metodologia para identificação, mensuração, gestão e comunicação referente a Riscos Operacionais e Controles Internos;
- A governança para temas relacionados a Riscos Operacionais e Controles Internos; e
- Os responsáveis pela gestão de Riscos Operacionais e os papéis esperados de cada um dos colaboradores, conforme modelo de três linhas.

A estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance é apropriada para o porte e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, monitoramento e controle dos riscos aos quais estão expostos.

O processo de gerenciamento de riscos e controles permeia todas as áreas e todos os colaboradores permitindo que os riscos sejam adequadamente identificados, medidos, mitigados, rastreados e relatados e, está alinhado às diretrizes da administração, que por intermédio de comitês e outras reuniões internas, definem e acompanham os objetivos organizacionais, incluindo o apetite ao risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital fornecem suporte à administração por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

O modelo de linhas de defesa é definido como:

- Primeira linha de defesa: funções ou atividades de negócios que geram exposição a um risco, cujos gerentes são responsáveis por sua administração de acordo com políticas, limites e outras condições definidas e aprovadas pela Diretoria. A primeira linha de defesa deve ter os meios para identificar, medir, tratar e relatar os riscos assumidos;
- Segunda linha de defesa: consiste nas áreas de gestão de riscos e controles, compliance e segurança, com o intuito de assegurar que os controles sejam eficazes e que os riscos sejam gerenciados de acordo com os objetivos definidos. É responsável por propor políticas de gerenciamento de riscos, desenvolver modelos, metodologias e supervisionar a primeira linha de defesa; e
- Terceira linha de defesa: é responsável por avaliar periodicamente de forma independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados, além de provar sua efetiva implementação.



Todas as áreas são responsáveis por atuar proativamente na identificação dos riscos relacionados aos processos sob sua responsabilidade e endereçar controles que os mitigue, bem como reavaliar seu ambiente de riscos e controles no mínimo anualmente ou quando forem desafiados pela área de Gestão de Riscos ou quando da materialização de situações como:

- Ocorrência de evento relevante;
- Novas regulações relacionadas; e
- Novos produtos e processos ou alterações significativas em produtos e processos existentes.

O acompanhamento e reporte à administração do perfil de risco e ambiente de controles internos da organização, é liderado pela área de Gestão de Riscos.

Na atribuição do papel de terceira linha de defesa, são utilizados os serviços da unidade específica de Auditoria da KPMG. No primeiro semestre de 2024, a Auditoria realizou trabalhos relacionados a governança, prevenção a fraudes, conta digital e outros.

Outro elemento importante da estrutura de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance, é a estrutura de comitês. Estes fóruns de governança são projetados para acompanhar e tomar decisões sobre aspectos associados à administração e controle organizacional.

O adequado sistema de controles internos deve permitir a identificação e avaliação dos riscos potenciais, o seu efetivo gerenciamento e a adequada mitigação pelos processos de controle preventivos e detectivos. Para isso, são requeridos planos de ação para mitigar a exposição aos riscos potenciais que não possuem controles ou possui deficiências nos existentes.

O fortalecimento da cultura de riscos, controles internos e compliance pressupõe a contínua capacitação e treinamento, com vistas a assegurar as competências e habilidades necessárias aos empregados, dirigentes e colaboradores para o pleno exercício de suas responsabilidades legais, execução das respectivas diretrizes corporativas que regulam o tema e atuação enquanto agente ativo na consolidação de um ambiente interno pautado pelas boas práticas de conduta e ética.

Para tanto, é divulgado de forma clara e objetiva, as condutas esperadas de seus colaboradores e terceiros, por intermédio do Código de Ética e as boas práticas de governança corporativa, através da Política de Compliance.

Dado isso, todos têm o dever de relatar, de boa-fé, a ocorrência ou identificação de possíveis irregularidades, violações de regras, suspeitas de fraudes, suborno, desvios de condutas ou qualquer ato que possa expor negativamente a imagem das Instituições, fornecendo informações que ajudem a manter elevados padrões éticos, cuja comunicação pode ser realizada pelos canais de comunicação segura e confidencial.

As diretrizes que suportam os processos de gestão de riscos, controles internos, compliance e segurança, são formalizadas em Políticas internas, as quais são aprovadas pela Diretoria e ficam disponíveis a todos os colaboradores na intranet.

25 Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes, entre a data da elaboração até a emissão das demonstrações financeiras.

Elaborado por:

Elaine Carvalho da Silva
Contadora CRC: 1SP240404

* * *